



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

Edição n. 2494

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 381/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 3158/2018, que nomeou MARCELO ZAGO DA SILVA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste Órgão (Port. 3215/2018).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, GEOVANE DA SILVA SILVEIRA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o nono (9º) lugar na Lista de Classificação da Região do Alto Jacuí (Port. 3216/2018).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, a servidora MELISSA MARIN, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3452352, para auxiliar a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, duas vezes por semana, no período de 07 de novembro de 2018 a 08 de fevereiro de 2019 (Port. 3223/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
 PROCEDIMENTO N.º 00677.000.397/2018**

CONTRATADA: NHC BRASIL LTDA. **OBJETO:** prestação de serviço de tratamento químico das águas utilizadas em sistemas de condicionamento de ar em operação na Sede Institucional deste Ministério Público; **VALOR TOTAL:** R\$ 11.400,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3931 **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 05 de novembro de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
 PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
 PROA 18/0900-0001440-4**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a servidora **MELISSA MARIN**, ID n.º 3452352; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placas ISY0062, a ser usado na execução de tarefas e serviços da Força Tarefa de Ajuda Voluntária – FAVO, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 30/2018;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 140 /2018
 PROCEDIMENTO N.º 02405.000.192/2018
 TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2018**

CONTRATADA: BE WISE -CONSTRUTORA E INSTALADORA EIRELI EPP; **OBJETO:** contratação de serviço de engenharia, com o fornecimento de materiais, para a execução de manutenção predial nas Promotorias de Justiça de Flores da Cunha, situadas na Rua Borges de Medeiros, n.º 2140, em Flores da Cunha/RS; **VIGÊNCIA:** 15 (quinze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 148.217,77; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93, ao Código Civil Brasileiro e à Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N.º 02405.000.192/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Diego Vasconcelos Nectoux e, como seu substituto, o servidor Adilson Ruano Machado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 147/2018
 PROCEDIMENTO N.º 02405.000.199/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 81/2018**

CONTRATADA: MARCO AURÉLIO COLLAÇO; **OBJETO:** aquisição de material de expediente;

Item	Descrição	Qtde	Marca/ Modelo	Un.	Preço Unitário
3.1	Fita colorida Adesiva preta	40	Eurocel PP2000	RI	R\$0,90
6.1	Livro pautado Capa dura 100 fl	20	São Domingos/Ata	Un	R\$8,90
13.1	Porta-clips	100	Ambex/ Magnecclip	un	R\$5,30

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 744,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.º 13.191/09 e n.º 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.ºS 33/08 e 47/05, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02 e pelo Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO Nº 02405.000.199/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruehl Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº
 144/2018
 PROCEDIMENTO Nº 02405.000.196/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2018**

CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP;
OBJETO: aquisição de material de expediente, abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	MARCA/ MODELO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
2.1	Fita adesiva para empacotamento transparente	1000	Flax	RL	R\$ 2,00
7.1	Pasta az lombada larga	200	Frama	Un.	R\$ 6,80

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** 3.360,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS nº 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO Nº 02405.000.196/2018**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Kruehl Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 40/2018

O **COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios,

conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01708.000.436/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Agudo. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniela Sudbrack Gaspar Raiser. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo. **OBJETO:** Apurar a omissão do Município de Paraíso do Sul na manutenção da estrada que liga a sede municipal à referida localidade da Linha da Fonte. **INVESTIGADO(S):** Município de Paraíso do Sul. **LOCAL DO FATO:** Agudo. **CAO comunicado:** CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00710.000.115/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Agudo. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniela Sudbrack Gaspar Raiser. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo. **OBJETO:** Apurar a omissão do Município de Agudo na manutenção da primeira e da segunda ponte da estrada geral da Linha das Flores, inclusive com desmembramento de parte da cabeceira da segunda ponte, em Agudo, RS.. **INVESTIGADO(S):** Município de Agudo. **LOCAL DO FATO:** Agudo. **CAO comunicado:** CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

ADITAMENTO A PORTARIA. **TIPO DE PROCEDIMENTO:** Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00711.00001/2016. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Júlia Flores Schutt. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. **OBJETO:** Acompanhar e estimular a fiscalização em bares, casas noturnas e outros estabelecimentos que gerem ou possam gerar perturbações e/ou riscos decorrentes de emissões sonoras e/ou aglomeração de pessoas e veículos, especialmente no que se refere à tutela da ordem urbanística e do meio ambiente urbano. Partes: Não informado. **LOCAL DO FATO:** Alegrete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00722.00042/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. **PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Elcio Resmini Meneses. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. **OBJETO:** apurar a regularização do empreendimento denominado Condomínio Residencial Villaggio Toscana. **INVESTIGADO:** Condomínio Residencial Villaggio Toscana. **LOCAL DO FATO:** Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00728.00047/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **OBJETO:** apurar a omissão do Município de Cachoeira do Sul no adequado planejamento na Rua Roberto Danzmann, Bairro Santa Helena, nas imediações do n.º 1406. **INVESTIGADO:** Município de Cachoeira do Sul **LOCAL DO FATO:** Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01604.000.653/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Camile



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. OBJETO: Investigar ausência de tratamento adequado de esgoto na Rua Sete de Setembro, proximidades do nº 2.097, até o cruzamento da Rua Dr. Edson Nunes de Campos, em Camaquã.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Camaquã - RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00221/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Loteamento irregular situado em área não cadastrada contígua ao Lote 002 da Quadra 6050. INVESTIGADO: Espólio de Hugo Brisotto. IC gerado com base em cópia das fls. 04, 05, 110/114 e 125/127 do IC.00748.00161/2016. INVESTIGADO(S): a Definir LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00126/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL NO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA PORTARIA/MC Nº 6.206/2015. INVESTIGADO(S): Município de Caxias do Sul LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00051/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: IMÓVEL DA MATRÍCULA N.º 53.080 DO CRI DA 1ª ZONA - LOTEAMENTO IRREGULAR OU CLANDESTINO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROTEÇÃO AO DIREITO DE MORADIA. INVESTIGADO(S): a Definir LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00056/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: LOTEAMENTO IRREGULAR DENOMINADO LORETO. INVESTIGADO(S): a Definir LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00762.00052/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Fábio Munhoz Manzano. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. OBJETO: Apurar existência de irregularidades no estabelecimento de uma igreja evangélica, na Rua Santa Iolanda, Bairro Progresso, Erechim/RS, especialmente quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios. INVESTIGADOS(S): Igreja Evangélica e Município de Erechim LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00775.000.050/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Apurar a regularidade do Loteamento Itapagé, especialmente diante das notícias de eventual crime tipificado no art. 50, incisos I e II, da Lei nº 6.766/79, relativo ao parcelamento do solo urbano. INVESTIGADO(S): Rogério Carlos Manfio, Silvana Vanelli. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N.º DO PROCEDIMENTO: 01798.000.045/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nonoai. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Tais Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai. OBJETO: Notícia de construções irregulares às margens de rodovia estadual.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Trindade do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01686.000.326/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Possível falha na elaboração ou execução de projeto de arruamento das Edmundo Schemmer e Goiania, trecho até a rua Campo Grande, bairro Fritsch.. INVESTIGADO(S): Anilda Rosa Christmann, Incorporadora Amanhecer Ltda.. LOCAL DO FATO: Município de Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01686.000.940/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Apurar a regularidade na aprovação dos logradouros públicos projetados, possivelmente ainda não instalados, mas idealizados dentro de área de preservação permanente, no loteamento Colina do Bosque, sob a responsabilidade da Sra. Olinda Schafer.. INVESTIGADO(S): Município de Panambi. LOCAL DO FATO: Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00819.000.241/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Aferição da regularidade do ordenamento do solo urbano do Município de Condor, sob o aspecto urbanístico e ambiental, e bem assim a ausência de utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade para obter a regularização da expansão urbana, redundando na realização, pelo Município, do Loteamento Costa Verde. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Condor.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01656.000.591/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: apurar a falta de manutenção da estrada municipal e da ponte da Capororoca, no interior de São



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

Jerônimo, assim como a ausência de fiscalização do trânsito de veículos pesados na referida estrada. INVESTIGADO(S): Município de São Jerônimo. LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01591.000.588/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Apurar possíveis prejuízos causados por obras da CORSAN em vias públicas. INVESTIGADO(S): CORSAN - Unidade de Torres. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00930.00053/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Haertel Grehs. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Dano ambiental e urbanístico decorrente do desenvolvimento de atividades de airsoft, sem o devido licenciamento administrativo pelos órgãos licenciadores. INVESTIGADO(S): Manoel Alexandre Soares de Lima LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02378.001.008/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharín Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Reordenamento urbanístico da ERS 407, em Capão da Canoa, em especial para retirada de coisas (placas, andaimes, cercas e outros) dispostas na faixa de domínio.. INVESTIGADO(S): Litoral Andaimes, Auto Mecânica Baratto Ltda (nome fantasia: Auto-Mecânica Beto), Auto Detail RS, João Batista da Rocha Deves, Comercial de Alimentos Bom Vento Ltda, Posto Drakkar, Posto de Combustíveis Tatuíra Ltda, Bassani e Matos, Simone Beatriz Leal Borges - ME, Casa dos Parafusos, Jovem Profissional, Valim e Gomes Ltda (Tecno System), Sullar Ferragem, Rosiana Brogni Steinmetz Monteiro, Casa Valci Cardoso, Rancho Guapo, Sandra Regina Santos da Silva, João de Melo Pires, Box Vidros Aguiar, MTC Importação, Exportação e Assessoria de Comércio Exterior Ltda (nome fantasia Petra Porcelanato), Pinho Veículos, Sul Veículos, R L da Luz e Cia Ltda, Disk Chopp, Osmar Luis Machado e Cia Ltda, Ferga Alimentos Ltda, Galimberti Veículos, Paulo Ricardo dos Santos Cardoso, Valdir Heinschel, Matos e Ramos, Oliveira Bicicletas, Oliveiro Souza da Rosa, Fabio de Matos Alves, Auto Mecânica Vargas, Agnaldo Cras, Tecnolar, Casa da Moto, Ronicar, Almeida, Valdair Engel Clain. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa e Xangri-lá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02378.001.087/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharín Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Venda sem o devido registro da incorporação imobiliária de terrenos pertencentes a duas áreas urbanas em Arroio Teixeira, de propriedade de Marcio da Rosa Galimberti. . INVESTIGADO(S): Marcio da Rosa Galimberti. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00970.00003/2008. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA

RESPONSÁVEL: Ana Luiza Domingues de Souza Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: APURAR POSSÍVEL UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO BAIRRO NOVA GUAÍBA, EM GUAÍBA/RS. INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE GUAÍBA/RS. LOCAL DO FATO: GUAÍBA/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01220.00019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Simone Annes Keunecke. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Simone Annes Keunecke. OBJETO: Acompanhamento da implantação do procedimento REURB, no Bairro GRANJA ESPERANÇA, no Município de Cachoeirinha/RS, conforme art. 47, II, do Provimento nº 71/2017 PGJ/RS. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de Novembro de 2018.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 194/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01786.000.374/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. OBJETO: Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Jaguari e a consequente implantação de políticas públicas e a elaboração de planos de ação relacionados à matéria. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Jaguari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01610.000.711/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela Vieira Lorenzoni. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Acompanhar a situação de falta de acessibilidade no prédio da Secretaria Municipal de Administração de Montenegro. INVESTIGADO(S): Município de Montenegro. LOCAL DO FATO: Montenegro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01796.000.670/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. OBJETO: Fiscalização permanente da ILPI "LAR RESIDENCIAL CASA BETÂNIA", CNPJ 92.017.516/0035-06, que anteriormente era realizada no PA.00810.00002/2011 (SGP). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Não-Me-Toque.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joel Oliveira Dutra. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça em substituição na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Falta de Imunoglobulina Humana de 6g na 4ª Coordenadoria Regional de Saúde - 4ªCRS. INVESTIGADO: Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL: Santa Maria/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 199/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 00740.00426/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rafael Russomanno Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: PA PERMANENTE - FISCALIZAÇÃO DA ILPI. VISTORIADO(S): Recanto dos Girassóis LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01796.000.595/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leandro Tatsch Bonatto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque. OBJETO: Apurar possível abusividade na rescisão unilateral de contrato de plano de saúde de natureza coletiva pela Unimed Alto da Serra e RVR Informática Ltda, a eventual abusividade na exigência de migração aos ditames da Lei nº 9.656/98, elevação do custo da mensalidade para idosos, etc. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Não-Me-Toque.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 01878.000.237/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Marcos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Evandro Lobato Kaltbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Marcos. OBJETO: Despacho exarado nos autos do IC.00948.00007/2018, determinando o arquivamento do IC e instauração de PA permanente, com o fim de fiscalizar, permanentemente, Casa de Repouso Convivência Ltda, instituição de abrigo de idosos. INVESTIGADO(S): Casa

de Repouso Convivência Ltda, Maria Juvelina Oliveira da Silva, Mazur Teles da Silva. LOCAL DO FATO: Rua Benjamim Michelin, 50, Bairro Henrique Pante, São Marcos/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N.º DO PROCEDIMENTO: 01612.000.155/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Davi Lopes Rodrigues Júnior. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: Acompanhar implantação do Programa Municipal Sobre Drogas - PROMUD. INVESTIGADO(S): Município de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santando Livramento, RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 203/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00015/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar irregularidades: ausência de alvará de funcionamento e demais inadequações legais na Comunidade Terapêutica Efraim. INVESTIGADO(S): Comunidade Terapêutica Efraim. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar irregularidades e inadequações legais na Comunidade Terapêutica Amor ao Próximo. INVESTIGADO(S): Comunidade Terapêutica Amor ao Próximo e Thiago Bilhalva Linhares. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01684.000.805/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Martins de Martins. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 8. OBJETO: Acompanhar as questões de Saúde Pública envolvendo o Hospital de Caridade de Palmeira das Missões. INVESTIGADO(S): Município de Palmeira das Missões, Hospital de Caridade de Palmeira das Missões. LOCAL DO FATO: Palmeira das Missões.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00853.00033/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Apurar como se dá a regulação de exames, consultas, cirurgias, internações e fluxo de encaminhamentos do serviço das especialidades médicas sob a Coordenação da 3ª CRS. INVESTIGADO(S): Estado do Rgs/3ª Coordenadoria Regional de Saúde. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 00911.00076/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ximena Cardozo Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara.

OBJETO: Acompanhamento da instituição de longa permanência de idosos: "LAR E HOSPEDAGEM DE IDOSOS - BEM ESTAR".
ENDEREÇO: Rua Tristão Monteiro, 833, Centro, Taquara/RS
Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Taquara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01220.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Weiand Braun. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na distribuição de medicamentos realizada pela ONG A União Faz a Força, tendo como investigada a ONG A União Faz a Força. INVESTIGADO(S): Ong a União Faz a Força. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 204/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01722.000.116/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. OBJETO: Encaminha o PP nº 1.29.000.003111/2016-70, instaurado pelo MP Federal, que tem por objeto apurar reiterada omissão da administração municipal de Barra do Ribeiro no que se refere à saúde pública. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Barra do Ribeiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N.º DO PROCEDIMENTO: 00820.00091/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mário Luiz Guadagnin. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Mário Luiz Guadagnin. OBJETO: Apurar o atendimento às normas que regulam a acessibilidade quando da execução da obra de revitalização da Avenida Brasil, no trecho entre o Trevo do Bairro São José e a Rua Sete de Agosto, nesta Cidade. INVESTIGADO(S) Município de Passo Fundo LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 00893.000.208/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Relatório acerca da situação atual do setor de nefrologia da Santa Casa de Misericórdia de São Lourenço do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00018/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: investigar se o Município de Viamão promove audiências públicas destinadas à apresentação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão da saúde nos meses de fevereiro, maio e setembro de cada ano, de acordo com os termos previstos no art. 36, caput, e §5º da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, com apresentação de dados compreensíveis e contextualizados na realidade fática e com ampla divulgação à comunidade local, incluindo-se o Conselho Municipal de Saúde INVESTIGADO(S): Município de Viamão LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00093/2011. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: FISCALIZAÇÃO PERMANENTE DA ILPI MARIUCHA RIBEIRO GATI E CIA LTDA. (CASA DE REPOUSO NOSSA SENHORA APARECIDA), RUA MARIZ E BARROS, N.º 16, BAIRRO PETRÓPOLIS, NESTA CAPITAL. VISTORIADO(S): Mariucha Ribeiro Gati e Cia Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 206/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01518.000.432/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Fiorioli. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Fiscalização anual de Instituição de Longa Permanência para Idosos. INVESTIGADO(S): Residencial e Creche Geriátrico Vida + Saúde (Alex Rosa dos Santos - ME). LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01518.000.428/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Fiorioli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Fiscalização anual de entidade de abrigamento de moradores de rua - Abrigo São Chico. INVESTIGADO(S): Associação - Abrigo São Chico. LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00853.00032/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Investigar irregularidades e maus-tratos na ILPI "Jardim do Amor". INVESTIGADOS(S): Elisiane Jardim Valente e Jardim do Amor. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00914.000.335/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Procedimento de acompanhamento da fiscalização do Lar Beneficente Doutor Paim Cruz - Instituição de Longa Permanência para Idosos. INVESTIGADO(S): Lar Beneficente Doutor Paim Cruz. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01625.000.531/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar irregularidades nas condições de funcionamento e atendimento da ILPI Residencial Lar dos Anjos, Razão Social Gomes e Gomes Geriatria Ltda., localizada na Rua Reis Louzada, nº 09. Bairro Petrópolis, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Residencial Lar dos Anjos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01538.000.351/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Relatório de Supervisão da Vigilância Sanitária Municipal de

Osório, encaminhado pela 18.ª Coordenadoria Regional de Saúde. INVESTIGADO(S): Município de Osório. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 207/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01625.000.389/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTORIA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Tendo em vista notícia de que o Hospital Dom Vicente Scherer exige acompanhante para internação de idosos, determino a instauração de procedimento preparatório para o fim de promover a coleta de informações, depoimentos, avaliações, certidões e demais diligências indispensáveis à instrução deste expediente, e, especialmente, para averiguar se trata de matéria de direito coletivo ou difuso. INVESTIGADO(S): Hospital Dom Vicente Scherer. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 209/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01536.000.102/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: Cópias PA.00786.00019/2018 - regularização da casa de passagem à população de rua. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: Guaíba.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01536.000.088/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: ILPI Lar Luz do Universo - cópias PA.00786.00015/2016. INVESTIGADO(S): Deliese Pereira Grossiny Cony - ME. LOCAL DO FATO: Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01698.000.393/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Investigar a existência de irregularidades no funcionamento da farmácia hospitalar da Santa Casa de Caridade de Jaguarão. INVESTIGADO(S): Santa Casa de Caridade de Jaguarão. LOCAL DO FATO: Santa Casa de Jaguarão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00815.00014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Objeto: apurar elementos para a indicação dos investigados e correta identificação do objeto do fato narrado na alínea: a - UPA CANUDOS. Local: Novo Hamburgo INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.000.602/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando de Araujo Bittencourt. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: ILPI - Instituição de Longa Permanência de Idosos - LAR DE NAZARÉ - em Imbé. INVESTIGADO(S): JAQUELINE LUCHESE - ME (LAR DE NAZARE). LOCAL DO FATO: Imbé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.00048/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Buscar o aprimoramento das ferramentas disponibilizadas pelo Sistema Viamão Saúde (Atenção Primária), a fim de possibilitar pesquisa/acesso a dados pretéritos à data da emissão de relatórios. INVESTIGADO(S): Município de Viamão LOCAL DO FATO: Viamão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 210/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do

Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00874.00001/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Regina Mohr. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Santo Ângelo. OBJETO: Procedimento Administrativo para acompanhar os projetos referentes às políticas públicas sobre a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 15 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 212/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00722.00038/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Elcio Resmini Meneses. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. OBJETO: Averiguar critério para isenção da inscrição aos doadores de medula óssea no Concurso Público do Município de Bento Gonçalves referente ao Edital 04/2018. INVESTIGADA: Fundação La Salle. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01794.000.278/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Ofício nº 014-2018 Lar Idoso- Solicitando providências quanto ao fechamento dos portões do Centro Comunitário. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Mostardas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00865.00035/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Publicação, nas Unidades Básicas de Saúde, do nome e horário dos médicos em atendimento. Local do fato: Santa Maria. Investigado: Município de Santa Maria.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

INVESTIGADO(S): Município de Santa Maria. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00012/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: Instar o estabelecimento a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano, e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. INVESTIGADO(S): Cooperativa Triticola Santa Rosa. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00868.00011/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: Instar o estabelecimento a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano, e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. INVESTIGADO(S): Zimmermann e Boer Ltda - Me LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00020/2015. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlio César Maggio Stürmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: Apurar eventual dano aos usuários do SUS do Hospital Santo Ângelo, consistente na suspensão do contrato do serviço de anestesiologia. INVESTIGADO(S): Hospital de Caridade de Santo Ângelo. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00023/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlio César Maggio Stürmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: apurar eventual irregularidade no serviço de pediatria do Hospital Santo Ângelo, consistente em deficiência no número de plantonista de sobreaviso; ausência de suporte de cardiopediatria, gastropediatria e endocrinopediatria; e ausência de suporte técnico (equipamentos, bilitron, medicação, etc). INVESTIGADO(S): Hospital de Caridade de Santo Ângelo. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00024/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlio César Maggio Stürmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: Apurar eventual irregularidade no serviço de ortopedia do Hospital Santo Ângelo, consistente em deficiência da equipe e falta de material. INVESTIGADO(S): Hospital de Caridade de Santo Ângelo. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00873.00025/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlio César Maggio Stürmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de

Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: Apurar eventual irregularidade no serviço de oftalmologia do Hospital Santo Ângelo, consistente em ausência de plantão de sobreaviso e ausência de rede de referência para alta complexidade. INVESTIGADO(S): Hospital de Caridade de Santo Ângelo. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N.º DO PROCEDIMENTO: 01894.000.431/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Termos de Declarações de Fernanda Carolina Speth e Uilian do Nascimento Moura, sobre a cirurgia de apêndice realizada por Fernanda. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sobradinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01625.000.124/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: E-mail enviado pela Associação de Cegos do RS referente à situação da reabilitação visual em Porto Alegre, para pessoas cegas e com baixa visão. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01631.001.528/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Reclama contra o DETRAN-RS e CFCs do estado, uma vez que estes estariam desobedecendo à Portaria nº 102/2015. INVESTIGADO(S): DETRAN-RS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 218/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N.º DO PROCEDIMENTO: 00778.000.066/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de General Câmara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. OBJETO:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2494

Registrar eventos relativos à Projeto de Interesse da Comunidade. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 00755.00062/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: Acompanhar a prestação dos serviços de saúde por meio do Sistema Único de Saúde junto ao Hospital São Vicente de Paulo neste Município, instituição filantrópica que atende a treze municípios da região, referentes à 9ª e 17ª CRS. INVESTIGADO(S): Hospital São Vicente de Paulo. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00790.000.035/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Herval. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval. OBJETO: Precariedade na prestação do serviço de emergência médica. INVESTIGADO(S): Município de Herval, Liga de Assistência Social Hospital Nossa Senhora da Glória. LOCAL DO FATO: Herval, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00820.00163/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Cristiane Cardoso. OBJETO: Investigar o regular e efetivo funcionamento do atendimento de plantão pediátrico no Hospital da Cidade.

Local: Passo Fundo. INVESTIGADO(S): Hospital da Cidade de Passo Fundo LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00825.00006/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosely Teresinha de Azevedo Lopes. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. OBJETO: Investigar possíveis irregularidades em atendimento de saúde, cometidos, em tese, pelo Laboratório Novara e Clínica e Pronto Socorro Cruz de Prata, localizados em Pelotas/RS. INVESTIGADOS(S): Clínica e Pronto Socorro Cruz de Prata e Laboratório Novara. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 00853.00205/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO:???. VISTORIADO(S): J Ferreira Troina - Ei LOCAL DO FATO: Rio Grande.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00092/2011. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Fiscalização Permanente da ILPI Clínica Geriátrica Vovó Bonita Ltda., estabelecida na rua Coronel Neves, N.º 660, bairro Medianeira,

Porto Alegre. VISTORIADO(S): ILPI Clínica Geriátrica Vovó Bonita Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 221/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01754.000.594/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Pires Schwab. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Procedimento permanente de fiscalização da ILPI Raio de Sol. INVESTIGADO(S): Raio de Sol/Casa do Idoso. LOCAL DO FATO: Encantado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N.º DO PROCEDIMENTO: 00825.00098/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaime Nudilemon Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. OBJETO: expediente instaurado para acompanhamento e fiscalização das unidades que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua, na cidade de Pelotas, diante da Recomendação nº 60 CNMP, de 5 de julho de 2017 oriunda CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00040/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alessandra Moura Bastian da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Alessandra Moura Bastian da Cunha. OBJETO: averiguar a regularidade do registro e envio de notificações compulsórias de doenças, agravos e eventos de saúde pública no Município de São Leopoldo. INVESTIGADO(S): Município de São Leopoldo. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00046/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar potencial dano difuso e coletivo do direito dos idosos usuários do sistema público de transporte coletivo de passageiros de Viamão diante da previsão (1) do art. 5º, §1º inciso II, do Decreto Municipal n.º 022/2018, que limitou o cadastramento prévio estabelecido como condição à isenção tarifária apenas ao mês de julho de cada ano e (2) do art. 1º da Lei Municipal nº



4.683/2017, que condicionou a concessão da gratuidade aos maiores de 65 anos ao prévio cadastramento, em contrariedade ao art. 39, §1º, do Estatuto do Idoso, que apenas exige a apresentação de qualquer documento pessoal que faça prova da idade. INVESTIGADO(S): Município de Viamão LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01625.000.697/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Estabelecimento de saúde mental - Casa Santo Ângelo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 223/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00853.00193/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: Averiguar a regularidade da ILPI CENTRO GERIÁTRICO VIVÊNCIA. INVESTIGADO(S): Centro Geriátrico Vivência. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01595.000.249/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Vera Cruz. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Fernanda Cassol Moreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz. OBJETO: Apurar a falta de acessibilidade para cadeirantes no transporte coletivo urbano de Vera Cruz, figurando como investigada a Empresa de Transporte Coletivo Castro Ltda e o Município de Vera Cruz.. INVESTIGADO(S): Empresa de Transporte Coletivo Castro Ltda, Município de Vera Cruz. LOCAL DO FATO: Vera Cruz.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01128.00083/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Residencial Geriátrico Maria Antonietta, apontadas pela CGVS/SMS nas Notificações n.º 19479 (fls.

05/10), bem como pela PJDDH na visita realizada em 2018 (fls. 97/99). INVESTIGADO(S): ILPI Residencial Geriátrico Maria Antonietta EIRELI, nome de fantasia "Residencial Maria Antonietta", inscrita no CNPJ nº 05.323.528/0001-15, estabelecida na Av. Bastian, nº 286, bairro Menino Deus, nesta Capital. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00853.00194/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: ????. INVESTIGADO(S): Lar do Idoso Monte Sião LOCAL DO FATO: Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 24 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 231/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00749.00002/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Porto França. CLASSIFICAÇÃO: 6º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul. OBJETO: Fiscalização e inspeção, de forma continuada, das condições de acessibilidade dos locais de votação na 16ª Zona Eleitoral do Município de Caxias do Sul, para fins de dar efetividade ao exercício do direito de voto. VISTORIADO(S): Locais de Votação da 16ª Zona Eleitoral LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00784.00024/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar a qualidade das Equipes de Saúde da Família no Município de Gravataí. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01778.000.525/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. OBJETO: Apurar aplicação inadequada de recursos públicos, oriundos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), do Município de Sete de Setembro, nos anos de 2015 e 2016. INVESTIGADO(S):



Prefeitura Municipal de Sete de Setembro. LOCAL DO FATO: Guarani das Missões.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00894.000.008/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Procedimento permanente de acompanhamento e fiscalização da Instituição de Longa Permanência denominada "Lar do Idoso São Vicente de Paula", situada em São Luiz Gonzaga/RS. INVESTIGADO(S): ASSOCIAÇÃO DAMAS DE CARIDADE. LOCAL DO FATO: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1655, Centro, em São Luiz Gonzaga/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00894.000.007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Procedimento permanente de acompanhamento e fiscalização da Instituição de Longa Permanência denominada "Lar do Idoso São Nicolau", situada em São Nicolau/RS. INVESTIGADO(S): LAR DO IDOSO. LOCAL DO FATO: Rua Senador Daniel Krieger, nº 963, em São Nicolau/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00901.000.868/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapiranga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Bittencourt Orsi. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga. OBJETO: apurar a situação do Lar Beneficente Anjo Gabriel. INVESTIGADO(S): Lar Beneficente Anjo Gabriel. LOCAL DO FATO: Sapiranga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00922.00037/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguiana. OBJETO: Apurar irregularidades no Programa Saúde da Família, consistente no descumprimento de carga horária por enfermeiros vinculados ao programa. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguiana.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.00155/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Acompanhamento permanente da Comunidade Terapêutica (CT) Fênix do Sul, localizada no Beco dos Cunhas, n.º 3754, Santo Onofre, Viamão/RS. VISTORIADO(S): Comunidade Terapêutica Fenix do Sul. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.00031/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: apurar as condições físico-sanitárias, de estrutura e de serviços da

Comunidade Terapêutica Fênix do Sul (CT Fênix do Sul), estabelecida no Beco dos Cunhas, n.º 3754, Santo Onofre, Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Comunidade Terapêutica Fenix do Sul. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01625.000.571/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Apurar conduta discriminatória na demissão de servidores da CEEE-D. INVESTIGADO(S): Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. LOCAL DO FATO: CEEE-D.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de Outubro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.